

GDF faz plano de urgência

O Governo do Distrito Federal vai executar, durante os próximos três meses, um plano de emergência para combater os problemas de desemprego, habitação, saúde e educação, e dinamizar o processo de industrialização de Brasília. A decisão, embora ainda não comunicada oficialmente pelo governador José Aparecido, foi a alternativa encontrada através da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) para substituir, neste trimestre, o I Plano Trienal de Desenvolvimento do DF que, apesar de já ter sido concluído a nível de Governo, somente em março deverá ser submetido à apreciação do Senado.

As medidas de emergência a serem adotadas durante este trimestre ainda não foram definidas, o que deverá ocorrer na próxima semana, quando a Codeplan espera concluir, junto com cada Secretaria, um levantamento sobre as metas de combate aos problemas de cada área. Mas segundo o presidente da Codeplan, Leandro Amaral, essas medidas obedecerão as diretrizes já estabelecidas pelas Secretarias dentro do I Plano Trienal de Desenvolvimento, dinamizando projetos em andamento ou iniciando os que estejam previstos. Para isso, serão usados os recursos da dotação orçamentária definida para o trimestre pelo GDF.

O desejo do GDF, entretanto, era aplicar o quanto antes o seu Plano Trienal, o qual deveria chegar ao Senado antes do final de 1985. Mas isso não foi possível por causa da Comissão Consultiva, criada por decreto pelo governador e formada por entidades representativas da comunidade. Essa Comissão discordou do curto prazo estabelecido pelo GDF para apresentar sugestões ao Plano e conseguiu obter um período de 140 dias, o qual termina em março, para concluir suas propostas.

FALHAS DETECTADAS

O presidente da Comissão, Milton de Melo, representante

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), justificou que a dilatação do prazo foi solicitada porque "as entidades representantes da sociedade não poderiam estudar em poucos dias um plano que define os destinos e o futuro de Brasília, sob pena de serem acusados de compactuar com possíveis erros".

E um desses "possíveis erros" já foi detectado pelo Instituto dos Arquitetos e pelo Sindicato dos Arquitetos de Brasília: o Programa de Residências Econômicas elaborado pelo construtor de Brasília, Lúcio Costa. O programa estabelece a construção de 280 apartamentos em pequenos conjuntos habitacionais que serão construídos nas áreas entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, sendo que cada unidade habitacional terá

apenas 30 metros quadrados.

Para Milton de Melo, além dessa falha do tamanho de cada apartamento, outra mais grave fora detectada: as residências econômicas de Lúcio Costa não foram incluídas no Plano Trienal de Desenvolvimento. "Isso significa que o Governo, embora tenha formado comissões para elaborar esse Plano, está atropelando-o com a aprovação de projetos que não foram discutidos com os segmentos da sociedade".

O presidente da Comissão Consultiva ressaltou também que o programa de despoluição do Lago Paranoá vai ser executado sem o parecer das comissões e sem aguardar a aprovação do Plano Trienal, o que ele considera uma falha porque poderia estimular o Governo a adotar medidas que não se com-

patibilizem com as metas definidas no Plano.

O presidente da Codeplan, Leandro Amaral, considera, entretanto que a imediata execução de obras como a despoluição do Paranoá não só reforça a determinação do Governo em solucionar os problemas da cidade como pode ser considerada uma medida viável dentro do Plano Emergencial de Desenvolvimento. Mesmo porque já existe verba para os trabalhos de despoluição e, além disso, essa obra está prevista no programa de saneamento básico de Brasília.

HABITAÇÃO SEM RUMO

Mas Leandro Amaral concorda com as críticas da Comissão Consultiva à política habitacional estabelecida no Plano Trienal de Desenvolvimento. O maior problema, segundo o presidente da Codeplan, é que as propostas incluídas no Plano são descentralizadas e não chegam a definir uma política habitacional para Brasília.

O presidente da Codeplan lembrou que no Plano há propostas isoladas mas falta conjunto. A Sociedade de Habitações de Interesse Social (Shis), por exemplo, planeja construir muitas moradias para famílias de baixa renda, porém o Governo ainda não sabe como vai oferecer habitação às classes de alta renda, que também estão disputando um lugar para morar em Brasília. "Como não encontram, pagam um preço altíssimo por um apartamento que em outra cidade seria vendido ou alugado a preços bem mais acessíveis" — ressaltou Leandro.

Esses problemas devem ser apresentados ao governador José Aparecido na próxima semana. Na terça-feira, pelo menos o presidente da Comissão Consultiva, Milton de Melo, fará um relato ao governador do trabalho da Comissão, enquanto a Codeplan deve também concluir seu levantamento sobre as medidas de emergência que podem ser aplicadas até março.

Comissão vai terça ao Buriti

Na próxima terça-feira, às 17h, a Comissão Consultiva constituída para apresentar sugestões e analisar o I Plano Trienal de Desenvolvimento do Distrito Federal deverá ir ao Palácio do Buriti fazer uma "visita de cortesia" ao governador José Aparecido. Os membros da Comissão pretendem fazer algumas reivindicações ao Governo.

De acordo com Milton de Melo, a Comissão — que foi criada por decreto pelo governador e é formada por entidades representativas da comunidade brasileira — pretende sondar junto ao Governador a ideia de que as próximas reuniões (sempre às terças) contem com a presença dos secretários de Estado. O objetivo, segundo Milton de Melo, é realizar um verdadeiro "pinga-fogo" com todos os secreta-

rios, quando as dúvidas e os problemas específicos de cada pasta serão discutidos.

A Comissão pretende, também, reivindicar a sua ampliação ao governador, pois, como observou Milton de Melo, "uma série de entidades não foram convidadas para participar", citando como exemplo disso a falta de representantes dos sindicatos dos jornalistas, dos assistentes sociais, sociólogos, bancários, e mesmo as associações de moradores e partidos políticos.

Mas, enquanto a ampliação da Comissão não é efetivada, Milton de Melo apela para que qualquer segmento da sociedade ou mesmo pessoas que queiram se manifestar quanto ao plano procurem a Secretaria da Comissão Consultiva, na sala 409 do 4º andar do edifício-sede da Codeplan.